

Bom dia senhoras e senhores,

É um grande privilégio somar a voz a organizações e ativistas que desempenham um papel central na defesa da democracia brasileira em um momento tão desafiador e de tantos retrocessos em nosso país.

Os pontos de preocupação e as recomendações que eu compartilho nesta Pré-Sessão têm como base a Apresentação Conjunta à Revisão Periódica Universal realizada pelo Instituto Igarapé, organização brasileira que eu represento e que atua nas áreas de segurança pública, climática, digital e espaço cívico, e pela CIVICUS, uma aliança de organizações e ativistas dedicada a fortalecer a ação cidadã e a sociedade civil em todo o mundo.

Nesta análise conjunta, nós avaliamos o cumprimento das obrigações internacionais voltadas à garantia de um ambiente seguro para a atuação da sociedade civil brasileira, olhando especialmente para a garantia dos direitos à liberdade de associação, de reunião pacífica e de expressão, e para a proteção das pessoas defensoras de direitos humanos.

Durante o 3º ciclo da Revisão Periódica Universal, o governo brasileiro recebeu 17 recomendações relativas ao espaço cívico. Todas elas foram aceitas. Entretanto, a análise da situação dos direitos humanos no país revela que o governo brasileiro não implementou 14 destas recomendações e que apenas uma recomendação foi totalmente implementada. Em nossa avaliação, o governo brasileiro não só foi negligente no enfrentamento das restrições ao espaço cívico, como também avançou medidas que impactaram negativamente a atuação da sociedade civil brasileira.

Dentre os retrocessos, estão a restrição dos espaços de participação da sociedade civil na própria formulação de políticas públicas, além de iniciativas que tentaram avançar no controle e vigilância da sociedade civil. Em abril de 2019, um decreto presidencial aboliu dezenas de conselhos participativos e alterou a composição de órgãos federais, excluindo a representação da sociedade civil. A própria revisão do Programa Nacional de Direitos Humanos, em 2021, foi feita sem a participação da sociedade civil e um sigilo sobre o processo foi estabelecido pelo governo. Em 2019, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Clima, órgãos de inteligência brasileira também monitoraram as organizações da sociedade civil que classificaram como "maus brasileiros".

O governo brasileiro também não enfrentou as violações de direitos decorrentes do uso abusivo da força por agentes públicos, que se traduzem em altos índices de letalidade e vitimização policiais no país. Propostas de alterações legislativas ampliando a excludente

de ilicitude para as forças de segurança, além de várias mudanças adotadas pelo governo federal que facilitaram o acesso a armas e munições pela população, agravaram os desafios para a redução da violência como forma de resolução de conflito no país.

Nesse contexto, eu reforço a nossa profunda preocupação com o uso de instrumentos legais e extralegais para intimidar, criminalizar e silenciar líderes comunitários, jornalistas, defensores de direitos humanos, defensores socioambientais, agravando o cenário de violência contra essas lideranças e os riscos de que os autores desses ataques não sejam responsabilizados.

Como recomendações, eu destaco a urgência de que o governo brasileiro garanta as condições de execução e acesso ao Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, e reforce tanto os programas de treinamento do uso progressivo da força como as capacidades estatais de investigação e responsabilização de violações de direitos cometidas por agentes do estado.

Só em 2021, o Igarapé identificou 1.551 ameaças e ataques ao espaço cívico no Brasil, atualmente classificado pelo Monitor CIVICUS como "obstruído". Um levantamento recente do Instituto Igarapé mostrou que 8 em cada 10 defensoras socioambientais sofreram algum tipo de violência na Amazônia brasileira.

Diante de uma trajetória de defesa de Direitos Humanos marcada pelo engajamento e resistência de milhares de brasileiros e brasileiras em todo o país, mas também por tragédias como os assassinatos de Dorothy Stang, de Marielle Franco, de Dom Phillips e Bruno Pereira, nós conclamamos o Governo brasileiro – e orientamos a comunidade internacional - a garantir, na lei e na prática, um ambiente seguro para a atuação da sociedade civil brasileira, em conformidade com os direitos consagrados pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, pela Declaração das Nações Unidas sobre Defensores de Direitos Humanos por diferentes resoluções do próprio Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Muito obrigada.